



PARTE I – Duração: 2 horas

QUESTÃO 1.:

Em 31 de dezembro de 2025, a sociedade *Serra Alta*, S.A. reconheceu um excedente de revalorização de 120 000 EUR relativo a um ativo fixo tangível, registado diretamente em capital próprio, mantendo-se a base fiscal inalterada. Reconheceu também uma provisão de 50 000 EUR para garantias a clientes, que será fiscalmente dedutível apenas no período da sua utilização.

Admitindo que a taxa de imposto sobre o rendimento aplicável é 21% e que existe probabilidade suficiente de obtenção de lucros tributáveis futuros, o efeito contabilístico correto dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 é:

- a) Reconhecimento de um passivo por impostos diferidos de 25 200 EUR, por contrapartida de capital próprio, e de um ativo por impostos diferidos de 10 500 EUR, por contrapartida de resultados.
- b) Reconhecimento de um passivo por impostos diferidos de 14 700 EUR, por contrapartida integral de resultados.
- c) Reconhecimento de um ativo por impostos diferidos de 25 200 EUR, por contrapartida de capital próprio, e de um passivo por impostos diferidos de 10 500 EUR, por contrapartida de resultados.
- d) Não deve ser reconhecido qualquer imposto diferido enquanto não ocorrer a realização fiscal efetiva das operações.

QUESTÃO 2.:

Durante o ano de 2025, a sociedade *Delta Clara*, S.A. verificou as seguintes situações:

- foi decidido alterar a fórmula de custeio das saídas de inventários de custo médio ponderado para FIFO, por se entender que esta última passa a refletir de forma mais fiável o fluxo físico das mercadorias;

- concluiu-se que, em 2024, gastos de transporte no montante de 15 000 EUR, diretamente atribuíveis à aquisição de um equipamento, haviam sido indevidamente reconhecidos como gastos do período, quando deveriam ter sido incluídos no custo do ativo. O equipamento tinha vida útil de 10 anos e valor residual nulo;



- foi revista em baixa a vida útil remanescente de uma outra máquina, com base em relatório técnico emitido em 2025.

Face ao exposto, qual das seguintes opções traduz corretamente o tratamento contabilístico das três situações?

- a) Todas devem ser tratadas prospectivamente, por configurarem alterações de estimativas contabilísticas.
- b) A primeira é uma alteração de política contabilística com aplicação retrospectiva; a segunda é um erro que afeta resultados de período anterior com reexpressão retrospectiva; a terceira é uma alteração de estimativa com aplicação prospetiva.
- c) A primeira é um erro que afeta resultados do período anterior com reexpressão retrospectiva; a segunda e a terceira são alterações de políticas contabilísticas com aplicação retrospectiva.
- d) A primeira e a terceira exigem aplicação retrospectiva, enquanto a segunda deve ser tratada apenas no período corrente.

QUESTÃO 3.:

A Contabilista Certificada Rosa Gomes exerce a profissão como trabalhador dependente, sendo responsável pela contabilidade e cumprimento das obrigações fiscais da sociedade *Delta Clara, S.A.*, enquadrado no regime mensal de IVA.

Contudo, por esquecimento, não efetuou o pagamento das quotas profissionais referentes aos meses de novembro de 2025 a fevereiro de 2026, tendo apenas regularizado este atraso em março de 2026.

Rosa Gomes exerceu sempre a sua atividade profissional, tendo, durante esse período, procedido à submissão de diversas declarações fiscais. Por esquecimento, a Contabilista Certificada Rosa Gomes entregou, fora de prazo, a declaração do IVA de dezembro de 2025, a entregar até 20 de março de 2026.

Perante este enquadramento:

- a) A entrega extemporânea de declarações fiscais não se encontra abrangida pelo seguro de responsabilidade civil profissional disponibilizado pela Ordem dos Contabilistas Certificados.



- b) O facto de Rosa Gomes exercer a profissão como trabalhadora dependente não afasta a responsabilidade individual pelos atos praticados no âmbito da atividade profissional.
- c) Rosa Gomes esteve sempre abrangida pelo seguro de responsabilidade civil profissional disponibilizado pela Ordem dos Contabilistas Certificados, pois não se verifica um atraso superior ao legalmente previsto.
- d) Pelo facto de Rosa Gomes ser trabalhadora dependente, a responsabilidade pelos danos ocorridos durante o período em que não pagou as quotas transferem-se automaticamente para a entidade patronal.

QUESTÃO 4.:

A Contabilista Certificada Rosa Gomes era ainda sócia de uma sociedade de contabilidade. Essa sociedade foi constituída com o seu pai, professor universitário, com elevada experiência nas áreas da contabilidade e consultoria fiscal, e com o seu irmão, economista de profissão.

Ficou acordado entre os sócios que, para não colocar em causa a independência técnica de Rosa Gomes enquanto trabalhadora dependente, esta não assumiria qualquer outra qualidade na sociedade de contabilidade para além de sócia, nem manteria qualquer relação profissional com os clientes da sociedade.

Atento o exposto:

- a) Rosa Gomes, na qualidade de sócia, terá de ser nomeada diretora técnica da sociedade de contabilidade.
- b) Tendo ficado acordado entre as partes que Rosa Gomes não assumiria qualquer outra qualidade para além de sócia da sociedade de contabilidade, deverá ser designado como diretor técnico um outro contabilista certificado.
- c) Deve ser nomeado como diretor técnico o pai de Rosa Gomes, o qual é sócio e gerente.
- d) A qualidade de sócia de Rosa Gomes coloca em causa a sua independência técnica enquanto trabalhadora dependente.



QUESTÃO 5.:

A *Digitalweb*, Lda., constituída em 2020, registada como prosseguindo "Atividades de Programação Informática", vende software distribuído eletronicamente (sem qualquer suporte físico), incluindo as respetivas alterações e atualizações, com um volume de negócios anual, só no caso de operações realizadas com consumidores finais domiciliados em Espanha, superior a 1 milhão de euros. Possui como clientes sujeitos passivos (operações B2B) sedeados na Região Autónoma da Madeira (RAM), na União Europeia (registadas no VIES) e nos Estados Unidos da América (EUA). Também tem, por clientes particulares (operações B2C), consumidores finais domiciliados em Espanha e nos EUA.

Face aqueles dados, indique a afirmação que se encontra correta:

- a) No caso de prestação de serviços B2C, deverá liquidar IVA à taxa em vigor em Portugal no caso das faturas emitidas a clientes finais domiciliadas em Espanha e não liquidar IVA nas faturas emitidas a clientes finais domiciliados nos EUA.
- b) No caso dos serviços prestados a empresas sedeadas na União Europeia e nos EUA as operações não se localizam em território nacional, devendo, no caso dos serviços faturados à RAM, liquidar IVA à taxa de 22%.
- c) No caso dos serviços prestados a empresas sedeadas na União Europeia e nos EUA as operações não se localizam em território nacional, devendo, no caso dos serviços faturados à RAM e clientes particulares domiciliados em Espanha liquidar IVA à taxa de 23%.
- d) Estamos na presença de transmissões internas de bens, transmissões intracomunitárias de bens e Exportações, não sujeitas a IVA em Território Nacional.

QUESTÃO 6.:

A entidade Z, S.L., não residente e sem estabelecimento estável em Portugal, detém a propriedade de um imóvel, sito em Lisboa, que se encontra arrendado, obtendo assim rendimentos prediais. Questionado o Contabilista Certificado sobre o enquadramento fiscal das rendas, a afirmação correta é:



- a) Os rendimentos prediais obtidos pela entidade Z, não estão sujeitos a tributação em Portugal.
- b) Os rendimentos prediais obtidos pela entidade Z, estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, e a tributação é feita por retenção na fonte com carácter definitivo.
- c) Os rendimentos prediais estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, devendo o sujeito passivo proceder à entrega da declaração de rendimentos, até ao 30.º dia posterior ao último dia do ano a que os mesmos respeitam, independentemente de esse dia ser útil ou não útil.
- d) Os rendimentos prediais estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, devendo o sujeito passivo proceder à entrega da declaração de rendimentos, até ao último dia do mês de maio do ano seguinte àquele a que os mesmos respeitam.

QUESTÃO 7.:

A sociedade *Mercúrio Comercial*, S.A. utiliza o sistema de inventário permanente e o custo médio ponderado como fórmula de custeio das saídas de inventários. Durante o mês de janeiro de 2026 ocorreram os seguintes factos relacionados com a mercadoria ZX:

- Existência inicial: 150 unidades ao custo unitário de 40 EUR;
- Compra de 250 unidades ao preço unitário de 42 EUR;
- Obtenção de desconto comercial incluído na fatura de compra: 5% sobre o preço unitário;
- Gastos de transporte e seguro até ao armazém da entidade: 325 EUR;
- Direitos aduaneiros não recuperáveis: 500 EUR;
- Custos anormais de armazenamento por atraso na descarga: 160 EUR;
- Perda anormal de 12 unidades antes de qualquer venda;
- Venda posterior de 230 unidades pelo valor unitário de 72 EUR.

Com base exclusivamente nestes dados, a opção correta é:

- a) O custo médio ponderado unitário é de 42 EUR; a perda anormal a reconhecer como gasto é de 504 EUR; o CMVMC da venda é de 9 660 EUR.
- b) O custo médio ponderado unitário é de 42,40 EUR; a perda anormal a reconhecer como gasto é de 508,80 EUR; o CMVMC da venda é de 9 752 EUR.



- c) O custo médio ponderado unitário é de 42 EUR; a perda anormal a reconhecer como gasto é de 484,80 EUR; o CMVMC da venda é de 16 560 EUR.
- d) O custo médio ponderado unitário é de 41,60 EUR; a perda anormal a reconhecer como gasto é de 499,20 EUR; o CMVMC da venda é de 9 568 EUR.

QUESTÃO 8.:

Uma indústria química, ao transformar a matéria-prima Z, obtém 400 unidades do produto P e 600 unidades do produto Q. O custo conjunto obtido nesta produção é de 150 000 EUR. Os produtos P e Q podem vender-se no ponto de separação, sem necessidade de tratamento adicional, tendo sido vendidas 200 unidades do produto P a 600 EUR cada e 480 unidades do produto Q a 100 EUR cada.

Neste caso:

- a) O custo de produção do produto P foi de 120 000 EUR e do produto Q foi de 30 000 EUR.
- b) O custo de produção do produto P foi de, aproximadamente, 107 143 EUR e do produto Q foi de, aproximadamente, 42 857 EUR.
- c) O custo de produção do produto P foi de 60 000 EUR e do produto Q foi de 90 000 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 9.:

Não obstante, existe a possibilidade destes produtos sofrerem um tratamento adicional para se obterem produtos mais elaborados. Esta situação permitirá obter o produto R, através de um processo de acabamento do semiproduto P no departamento B, cujo custo seria de 68 000 EUR, e do produto L, através de um processo de acabamento do semiproduto Q no departamento C, cujo custo seria de 40 000 EUR. Sabe-se que poderiam ser produzidas 400 unidades do produto R e 600 unidades do produto L, e que poderiam ser vendidas 280 unidades do produto R, a 680 EUR cada, e 240 unidades do produto L, a 180 EUR cada.



- a) O custo de produção do produto R foi de 112 500 EUR e do produto L foi de 37 500 EUR.
- b) O custo de produção do produto R foi de, aproximadamente, 122 260 EUR e do produto L foi de, aproximadamente, 27 740 EUR.
- c) O custo de produção do produto R foi de 180 500 EUR e do produto L foi de 77 500 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 10.:

João Aniceto, residente em Portugal, alienou em junho de 2025, por 10.000 EUR, as quotas que detinha numa sociedade sedeadada no Porto, qualificada como microempresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro e não cotada na bolsa de valores. Estas quotas haviam sido adquiridas por João, em 2022, pelo valor de 1.000 EUR (despesas de aquisição incluídas), não tendo esta sociedade apurado ou distribuído qualquer lucro desde a sua constituição.

Sabendo que João não auferiu quaisquer outros rendimentos no ano de 2025, nem suportou quaisquer despesas inerentes à venda destas participações sociais, qual o rendimento coletável em sede, de IRS, que resultou desta alienação?

O coeficiente de desvalorização da moeda é de 1,06.

- a) 4.500 EUR, no âmbito da categoria G
- b) 4.470 EUR, no âmbito da categoria G
- c) 9.000 EUR, no âmbito da categoria E
- d) 10.000 EUR, no âmbito da categoria G

QUESTÃO 11.:

O conselho jurisdicional da Ordem dos Contabilistas Certificados aplicou ao Contabilista Certificado Arsénio Matos a sanção disciplinar de suspensão pelo período de um ano e seis meses, deliberação que foi regularmente notificada em 30/01/2026.



Arsénio Matos analisou a deliberação proferida pelo conselho jurisdicional de forma a poder reagir à sanção aplicada.

Como ficou com algumas dúvidas quanto aos fundamentos apresentados pelo conselho jurisdicional, bem como relativamente aos meios de reação que poderia utilizar, solicitou apoio de um advogado, tendo para o efeito, novas provas que não pode utilizar no processo disciplinar.

Em consideração ao exposto, assinale a resposta correta:

- a) Arsénio Matos pode, em 01/04/2026, apresentar pedido de revisão da sanção de suspensão aplicada pelo conselho jurisdicional.
- b) O prazo para a apresentação de recurso para o plenário do conselho jurisdicional é de 10 dias, contados da data da notificação da sanção disciplinar.
- c) Arsénio Matos não pode constituir advogado para apresentar recurso para o plenário do conselho jurisdicional, caso não o tenha constituído durante a tramitação do processo disciplinar.
- d) A sanção disciplinar de suspensão superior a um ano e seis meses e a sanção de expulsão apenas podem ser aplicadas mediante deliberação do plenário do conselho jurisdicional.

QUESTÃO 12.:

Uma determinada empresa fabrica o produto PQ obtido a partir das matérias-primas P e Q, sendo laborado na Secção S1. Dispõem-se dos seguintes elementos relativos à fabricação do produto PQ durante o mês de dezembro do ano N:

- A produção em curso no início do mês consistia em 20 000 unidades que lhes faltavam incorporar 40% de MOD e 30% de GGF. O custo desta produção foi de:

Matérias-primas	
P	3 900 EUR
Q	7 900 EUR
MOD (variável)	2 640 EUR
GGF	
Variáveis	1 560 EUR
Fixos	1 100 EUR



- A produção em curso no final do mês consistia em 15 000 unidades que lhes faltavam incorporar 25% de MP, 60% de MOD e 80% de GGF.
- A produção acabada do mês foi de 100 000 unidades.
- Os custos do mês foram os seguintes (em euros):

Matérias-Primas	
P	13 000
Q	32 625
Ordenados dos encarregados fabris	1 000
Salários operários (horas extraordinárias)	2 220
Eletricidade (parte variável)	4 335
Depreciações do equipamento fabril	18 000
Conservação e Reparação	1 275
Salários (Subcontratos produção)	10 000
Consumo de água	1 215
Matérias subsidiárias	2 075
Seguros da fábrica	1 000

- Sobre os salários e ordenados acrescem os encargos sociais à taxa de 50%.

Supondo que a empresa utiliza o FIFO e o sistema de custeio variável, o custo da produção acabada e em vias de fabrico no final do mês, foi respetivamente de:

- a) 47 600 EUR e 4 830 EUR.
- b) 81 760 EUR e 7 095 EUR.
- c) 79 500 EUR e 9 100 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 13.:

A sociedade *Construtec*, S.A. celebrou um contrato de construção por 1 350 000 EUR. No final de 2025, os custos efetivamente incorridos ascendem a 568 000 EUR. A entidade utiliza o método da percentagem de acabamento, com base na relação entre custos incorridos e



custos totais estimados. Na data de relato, a estimativa revista do custo total do contrato passou para 1 420 000 EUR. As faturas emitidas ao cliente durante o ano de 2025, totalizam 520 000 EUR.

Face ao exposto, no final de 2025:

- a) Devem ser reconhecidos um rédito de 520 000 EUR, um gasto de 568 000 EUR e uma perda do período de 28.000 EUR, não sendo reconhecida qualquer perda adicional relativa ao contrato.
- b) Devem ser reconhecidos um rédito de 540 000 EUR, um gasto de 568 000 EUR e uma perda do período de 42 000 EUR, correspondente à perda total estimada do contrato ainda não reconhecida.
- c) Devem ser reconhecidos um rédito de 520 000 EUR, um gasto de 568 000 EUR e uma perda do período de 48.000 EUR, com base nos montantes faturados ao cliente.
- d) Devem ser reconhecidos um rédito de 540 000 EUR, um gasto de 610 000 EUR e uma perda do período de 48.000 EUR, com base nos montantes faturados ao cliente.

QUESTÃO 14.:

A sociedade *Loca*, Lda., celebrou com o Sr. Manuel Bonifácio um contrato-promessa de compra e venda (CPCV) de um bem imóvel sito em Lisboa, no qual foi clausulado que o promitente adquirente (Sr. Bonifácio) poderia ceder a sua posição contratual a uma entidade terceira. Posteriormente, o Sr. Bonifácio cederá a sua posição contratual à sociedade *Zeta*, S.A. que realizará a escritura de compra e venda com a *Loca*, Lda. Por via desta cedência:

- a) O IMT incidirá sobre o valor constante do CPCV ou sobre o valor patrimonial tributário do imóvel, consoante o que for maior, sendo este IMT tido em conta na liquidação a promover por via da realização da escritura de compra e venda.
- b) O IMT incidirá apenas sobre a parte do preço paga pela sociedade *Zeta*, S.A., ao Sr. Manuel Bonifácio, sendo este IMT tido em conta na liquidação a promover por via da realização da escritura de compra e venda.



- c) O IMT incidirá apenas sobre a parte do preço paga pela sociedade *Zeta, S.A.*, ao Sr. Manuel Bonifácio, não tendo este valor de IMT pago pela *Zeta, S.A.* qualquer consequência na posterior liquidação de IMT por via da realização da escritura de compra e venda.
- d) O IMT incidirá sobre o valor contratado no CPCV, acrescido da parte do preço pago pela sociedade *Zeta, S.A.*

QUESTÃO 15.:

A sociedade *MMPR, Lda.* contactou o Contabilista Certificado Leopoldo Barbosa para suceder ao seu colega Gustavo Garcia na responsabilidade pela contabilidade nas áreas contabilística e fiscal.

Leopoldo Barbosa foi informado para gerência da sociedade *MMPR, Lda.*, de que não existia qualquer dívida de honorários relativamente ao seu colega antecessor, Gustavo Garcia. No entanto, foi igualmente informado de que o Contabilista Certificado que antecedeu Gustavo Garcia, Luís Dias, reclamava a existência de honorários em dívida, líquidos e exigíveis.

Leopoldo Barbosa contactou telefonicamente a sociedade de contabilidade de Gustavo Garcia, tendo sido informado pela respetiva secretária de que não existia qualquer dívida a título de honorários por parte da sociedade *MMPR, Lda.*

Atento o exposto:

- a) Leopoldo Barbosa deve enviar comunicação por escrito a Gustavo Garcia, antes ou após assumir funções, tendo em consideração as informações recolhidas junto da gerência da sociedade *MMPR, Lda.*, bem como junto da sociedade do colega antecessor.
- b) Tendo conhecimento da existência de honorários em dívida a Luís Dias, Leopoldo Barbosa deve remeter comunicação escrita, previamente à assunção de funções, a ambos os colegas, de forma afastar qualquer responsabilidade civil solidária pelas dívidas existentes a Luís Dias.



- c) Luís Dias pode imputar responsabilidade solidária pelo falta de pagamento dos honorários em dívida a Gustavo Garcia, sendo Leopoldo Barbosa subsidiariamente responsável pelo respetivo pagamento.
- d) Leopoldo Barbosa apenas pode ser responsabilizado civilmente por eventual incumprimento do dever de lealdade com Gustavo Garcia, podendo desse incumprimento resultar, se aplicável, responsabilidade solidária.

QUESTÃO 16.:

Durante o mês de março passado, fabricaram-se numa Fundição 2 100 peças, o que originou 4 044 400 EUR em custos de matérias-primas e 2 957 200 EUR em custos de transformação. À saída da Fundição foram contadas 1 990 peças boas, detetando-se 110 peças com defeito (todas vendidas por 21 560 EUR). Sabendo-se que é normal obter-se 100 peças com defeito:

- a) O custo de produção das peças boas foi de 7 001 600 EUR.
- b) O custo das peças defeituosas foi de 54 510 EUR.
- c) O custo unitário das peças com defeito normal foi de 3 491 EUR.
- d) O custo unitário das peças defeituosas foi de 196 EUR.

QUESTÃO 17.:

A sociedade *Imobiarte*, S.A. detém dois edifícios. O edifício A relativamente ao qual 95% da área está arrendada a terceiros e 5% encontra-se ocupada pelos serviços administrativos da própria entidade. As duas componentes não podem ser vendidas separadamente. Relativamente ao edifício B, 65% da área está ocupada pela própria entidade e 35% está arrendada a terceiros. As duas componentes também não podem ser vendidas separadamente.

Considerando apenas esta informação, a classificação contabilística mais adequada é:

- a) O edifício A é uma propriedade de investimento na totalidade; o edifício B é um ativo fixo tangível na totalidade.
- b) Ambos os edifícios devem ser classificados integralmente como propriedades de investimento.



- c) O edifício A deve ser dividido entre propriedade de investimento e ativo fixo tangível; o edifício B deve ser reconhecido integralmente como propriedade de investimento.
- d) Ambos os edifícios devem ser classificados integralmente como ativos fixos tangíveis.

QUESTÃO 18.:

A *Imporfrete*, Lda., registada para efeitos de IVA no regime normal pelo exercício da atividade de "Comércio por Grosso de Equipamentos Eletrónicos", recebeu uma fatura emitida por uma empresa com sede na Suíça relativamente a uma mercadoria remetida por esta empresa para a Alemanha, onde foi desalfandegada com um NIF europeu (a empresa Suíça encontra-se lá registada para efeitos de IVA), sendo que a referida mercadoria, depois de desalfandegada, seguiu de imediato da Alemanha, para o seu destino final, as instalações da empresa portuguesa. Para efeitos de IVA, a referida fatura deverá ser tratada pela *Imporfrete*, Lda., como:

- a) Uma aquisição intracomunitária de bens, devendo proceder à autoliquidação do IVA nos campos 12 (valor da fatura) e 13 (IVA à taxa aplicável).
- b) Uma importação de bens, devendo proceder à autoliquidação do IVA no campo 18 (valor da fatura) e 19 (IVA à taxa aplicável).
- c) Uma operação fora do campo de incidência do IVA, sem qualquer reflexo na declaração periódica do IVA.
- d) Uma aquisição de bens tributada na Suíça à respetiva taxa, devendo o IVA liquidado pela empresa Suíça ser deduzido no campo 22 da declaração periódica.

QUESTÃO 19.:

O Contabilista Certificado Ricardo Meireles, no dia 15/04/2026, teve de acompanhar a sua esposa, grávida ao Hospital, onde esta ficou imediatamente internada até à data do nascimento do filho.

O filho de Ricardo Meireles nasceu em 25/04/2026.



Atento o exposto, e sabendo que a data-limite para a entrega da declaração periódica de IVA referente ao mês de fevereiro de 2026 é 20/04/2026, indique até que data poderia ser entregue a declaração, considerando o motivo apresentado.

- a) 19/06/2026, com fundamento na ocorrência de situação de parentalidade.
- b) 19/06/2026, com fundamento na ocorrência de situações de parto.
- c) 20/05/2026.
- d) 31/08/2026.

QUESTÃO 20.:

A empresa *BobConstruções*, Lda. dedica-se à construção de imóveis para venda. No âmbito da sua atividade, adquiriu uma grua portátil, utilizada nas diversas obras conforme as necessidades. Relativamente a este equipamento, apuraram-se os seguintes gastos no período:

Natureza do gasto	Montante
Depreciações	500 EUR
Combustível	200 EUR

Durante o período em análise, a máquina esteve afeta à atividade durante 1 200 horas, incluindo períodos de funcionamento e paragem. Estas paragens, de acordo com as especificações técnicas do equipamento, conhecidas no momento da sua aquisição, derivam do seu funcionamento contínuo que provoca aquecimento, tornando necessária a sua paragem regular para arrefecimento, independentemente da intensidade de utilização. Estas paragens correspondem a 1 hora por cada 5 horas de funcionamento, tendo totalizado 200 horas no período.



A utilização da máquina foi a seguinte:

Obra	Horas de máquina
Obra A	300
Obra B	500

Sabendo que o consumo de combustível varia em função direta das horas de utilização da máquina e que a empresa utiliza o custeio racional, o custo de cada obra foi de:

- a) Obra A 225 EUR e Obra B 375 EUR.
- b) Obra A 262,50 EUR e Obra B 437,50 EUR.
- c) Obra A 210 EUR e Obra B 350 EUR.
- d) Obra A 175 EUR e Obra B 291,67 EUR.